



SIMULADO ESPECIAL **ALERJ**

Especialista Legislativo – Nível IV

Administração Geral - Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **ALERJ**, cargo de **Especialista Legislativo Nível IV - Administração Geral**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/F7SQkkZL9gwxsTa7>

01 - A B C D E	17 - A B C D E	33 - A B C D E	49 - A B C D E	65 - A B C D E
02 - A B C D E	18 - A B C D E	34 - A B C D E	50 - A B C D E	66 - A B C D E
03 - A B C D E	19 - A B C D E	35 - A B C D E	51 - A B C D E	67 - A B C D E
04 - A B C D E	20 - A B C D E	36 - A B C D E	52 - A B C D E	68 - A B C D E
05 - A B C D E	21 - A B C D E	37 - A B C D E	53 - A B C D E	69 - A B C D E
06 - A B C D E	22 - A B C D E	38 - A B C D E	54 - A B C D E	70 - A B C D E
07 - A B C D E	23 - A B C D E	39 - A B C D E	55 - A B C D E	71 - A B C D E
08 - A B C D E	24 - A B C D E	40 - A B C D E	56 - A B C D E	72 - A B C D E
09 - A B C D E	25 - A B C D E	41 - A B C D E	57 - A B C D E	73 - A B C D E
10 - A B C D E	26 - A B C D E	42 - A B C D E	58 - A B C D E	74 - A B C D E
11 - A B C D E	27 - A B C D E	43 - A B C D E	59 - A B C D E	75 - A B C D E
12 - A B C D E	28 - A B C D E	44 - A B C D E	60 - A B C D E	76 - A B C D E
13 - A B C D E	29 - A B C D E	45 - A B C D E	61 - A B C D E	77 - A B C D E
14 - A B C D E	30 - A B C D E	46 - A B C D E	62 - A B C D E	78 - A B C D E
15 - A B C D E	31 - A B C D E	47 - A B C D E	63 - A B C D E	79 - A B C D E
16 - A B C D E	32 - A B C D E	48 - A B C D E	64 - A B C D E	80 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/DBii>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabrizio Dutra*

1. A única pessoa que escuta os dois lados de uma discussão é o vizinho do apartamento ao lado.

Sobre a frase acima, assinale a alternativa correta.

- a) O termo 'que' é um pronome relativo que introduz uma oração de valor substantivo.
- b) O termo 'pessoa' é o núcleo do sujeito sintático do verbo 'escuta'.
- c) O termo 'ao lado' poderia ser substituído por 'contíguo', mantendo o sentido original e a correção.
- d) O termo 'lado' foi empregado nas duas ocorrências com o mesmo significado.
- e) O termo 'vizinho', predicativo do sujeito, foi empregado em papel adjetivo.

2. A única pessoa que escuta os dois lados de uma discussão é o vizinho do apartamento ao lado.

Ainda sobre essa frase, assinale a alternativa que demonstra uma correta inferência sobre ela:

- a) A frase sugere humoristicamente que as pessoas envolvidas em um debate não ouvem o outro lado.
- b) A frase afirma que o vizinho é a pessoa responsável por solucionar conflitos.
- c) A frase afirma que o vizinho se interessa pela vida alheia.
- d) A frase indica que o vizinho está envolvido sentimentalmente com os envolvidos da discussão.
- e) A frase aponta uma crítica ao modelo de construção frágil de apartamentos modernos.

3. Assinale a opção em que a preposição destacada (contraída ou não) apresente valor relacional, fruto de regência.

- a) O luxo é uma falta de gosto.
- b) É impossível discutir de boa fé com um imbecil.
- c) Argumentação é uma troca de ideias; discussão é um troca de ignorâncias.
- d) O discurso é a imagem da razão.
- e) A rebeldia é o patriotismo do jovem.

4. Assinale a única alternativa construída em linguagem totalmente lógica.

- a) Um estômago vazio não tem ouvidos.
- b) A comida é uma arma.
- c) Metade da humanidade passa fome, a outra metade faz dieta. Resumindo, a humanidade inteira passa fome.
- d) Um avião é um lugar perfeito para fazer dieta.
- e) Um dia, ora é mãe, ora é madrastra.

5. Assinale a única opção que esteja numa voz verbal diferente das demais.

- a) O relatório foi concluído pelos pesquisadores.
- b) As regras serão explicadas aos alunos pelo professor.
- c) Nas empresas modernas, valorizam-se competências socioemocionais que antes eram ignoradas.
- d) Assinou-se o documento ontem à tarde.
- e) O leite derramou todo sobre a mesa.

Texto

Numa manhã de quarta-feira, no corredor estreito do prédio antigo, Marina desceu para pegar o elevador e percebeu dois vizinhos cochichando, sorrindo de lado, como quem saboreia uma história picante. Ela não sabia do que falavam — mas percebeu que o olhar deles pousou nela como quem reconhece um personagem recém-criado.

No grupo de mensagens do condomínio, horas depois, surgiram insinuações sobre “a moradora do 302 que chega tarde demais” e “certas companhias misteriosas”. Nenhum nome citado — mas todos sabiam de quem era o “pseudônimo”.

Marina sentiu primeiro vergonha, depois raiva e, por fim, a inutilidade absoluta de tentar explicar. Ninguém quis perguntar a ela a versão verdadeira; ninguém quis ouvir o que de fato aconteceu; ninguém quis confirmar nada.

Quando a história é inventada, a lógica desaparece; e, para quem já decidiu acreditar na fofoca, a verdade nunca é um argumento suficientemente atraente.

6. Sobre a estrutura textual narrativa acima, assinale a única alternativa incorreta.

- a) O texto começa in medias res (já com a cena acontecendo), sem apresentação formal de contexto prévio.
- b) Há focalização interna indireta: o leitor acompanha a percepção de Marina, mas não há discurso direto.
- c) O conflito central é psicológico e social, não físico: a fofoca é o gatilho narrativo.
- d) O clímax é a tomada de consciência da personagem de que explicar não adianta.
- e) O desfecho apresenta conexão lógica com a lição apresentada no primeiro período do texto.

7. Assinale a frase em que a conclusão vem antes da premissa.

- a) Se ninguém se esforça para ouvir o outro lado, inevitavelmente o diálogo se deteriora.
- b) Quando um termo sofre a ação do nome de que depende, ele funciona como complemento nominal.
- c) Não houve imparcialidade, o julgador ignorou completamente as duas versões dos fatos.
- d) Os argumentos são substituídos por ataques pessoais, o debate perde sua função social.
- e) O argumento não apresenta dados consistentes? A tese não se sustenta.

8. Todo jogador tem que estar preparado para o melhor.

O texto acima é um exemplo de texto:

- a) descritivo
- b) injuntivo
- c) argumentativo
- d) descritivo
- e) expositivo

9. Assinale a opção em que o texto publicitário se apoia na sedução.

- a) Compre hoje e ganhe 30% de desconto no segundo item.
- b) O novo aplicativo reduz seu tempo de trabalho em até 40%.
- c) Nosso delivery funciona 24 horas — peça sem sair de casa.
- d) Economize energia: o modelo X consome menos e dura mais.
- e) Você merece sentir-se irresistível — escolha o perfume que conquista.

10. Assinale a única alternativa que não apresenta problema de pontuação.

- a) Silêncio atento, é sabedoria que não precisa de legenda.
- b) Quem não doma o impulso, torna-se servo do instante.
- c) A boca que julga sem conhecer, cava o fosso onde depois tropeça.
- a) Palavra injusta volta — e nunca volta sozinha.
- d) O tempo, não se apressa nem se distrai.
- e) A verdade não precisa levantar, a voz.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA*Renato Da Costa*

11. No Microsoft Excel, ao inserir a seguinte fórmula:

$=10 + 2 * 3^2$

O resultado obtido será:

- a) 64
- b) 24
- c) 28
- d) 16
- e) 36

12. Uma referência circular ocorre no Excel quando:

- a) Uma fórmula faz referência a uma célula inexistente.
- b) Uma célula contém texto em vez de número.
- c) Uma fórmula faz referência direta ou indiretamente à própria célula em que está inserida.
- d) Há erro de sintaxe na função utilizada.
- e) Há divisão por zero.

13. Considere o seguinte endereço:

<https://servidor.alerj.rj.gov.br:8080/pagina/index.html>

O número 8080 indica:

- a) O protocolo de segurança HTTPS.
- b) O domínio da rede local.
- c) A porta de comunicação utilizada pelo servidor para receber a requisição.
- d) O identificador da página dentro do domínio.
- e) O código de erro de autenticação.

14. No Windows 11, o histórico da área de transferência permite visualizar e reutilizar vários itens copiados. Para acessar esse recurso, utiliza-se o atalho:

- a) Ctrl + Alt + V

- b) Ctrl + V

- c) Windows + V

- d) Alt + V

- e) Shift + Ctrl + V

15. Em planilhas do Excel, o gráfico adequado para representar a distribuição de frequência de intervalos de dados contínuos, agrupados em classes, é o:

- a) Gráfico de barras
- b) Gráfico de colunas
- c) Gráfico de setores
- d) Gráfico de dispersão
- e) Histograma

16. No Microsoft PowerPoint, a diferença entre animação e transição está corretamente descrita em:

- a) As animações são aplicadas à passagem entre slides, e as transições aos elementos internos do slide.
- b) As animações e transições são sinônimos, podendo ser aplicadas de forma indistinta.
- c) As animações se aplicam aos objetos dentro de um slide, e as transições afetam a passagem de um slide para outro.
- d) As transições só podem ser aplicadas a imagens e gráficos.
- e) As animações eliminam o uso de transições.

17. No Word em português, qual combinação de teclas realiza a ação de negrito no texto selecionado?

- a) Ctrl + B
- b) Ctrl + N
- c) Ctrl + E
- d) Ctrl + Shift + N
- e) Ctrl + K

18. Sobre os conceitos de IA fraca e IA forte, assinale a alternativa correta.

- a) A IA fraca possui consciência e autonomia plenas, tomando decisões complexas sem supervisão humana.
- b) A IA forte é aquela programada para tarefas restritas e específicas, como reconhecimento facial ou respostas em chatbots.
- c) A IA fraca é projetada para executar tarefas específicas sem consciência, enquanto a IA forte busca simular cognição e consciência humanas.
- d) Ambas as IAs são sinônimos, diferenciando-se apenas pelo hardware.
- e) A IA forte já é amplamente utilizada em sistemas de recomendação e redes sociais.

19. Sobre princípios éticos no uso da Inteligência Artificial, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A IA deve ser desenvolvida de forma transparente, explicável e auditável.
- b) O uso de IA deve respeitar a privacidade e a proteção de dados pessoais.
- c) Os sistemas de IA devem ser projetados para substituir integralmente a tomada de decisão humana em todos os contextos.
- d) Deve-se garantir que a IA promova equidade e não discriminação.
- e) O uso responsável da IA pressupõe prestação de contas e supervisão humana.

20. No Microsoft Word, ao desejar iniciar um novo capítulo em uma nova página sem pressionar repetidamente a tecla Enter, o usuário pode utilizar o atalho que insere uma quebra de página manual. Esse atalho é:

- a) Ctrl + Shift + Enter
- b) Ctrl + Return
- c) Alt + Enter
- d) Shift + Enter
- e) Ctrl + Alt + Enter

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

21. O Município do Rio de Janeiro é proprietário de um antigo prédio onde funcionou uma escola pública por muitos anos. Atualmente, o prédio está desativado e em estado de abandono. A prefeitura pretende alienar o imóvel para uma construtora, a fim de arrecadar fundos para o tesouro municipal.

Para que essa alienação seja legal, o primeiro passo que a Administração Pública deve tomar em relação ao bem é:

- a) classificá-lo como bem de uso especial, por meio de um decreto.
- b) solicitar autorização judicial para a venda, comprovando o abandono.
- c) promover sua desafetação, para que ele perca a finalidade pública específica e se converta em bem dominical.
- d) realizar a licitação na modalidade leilão, independentemente da classificação do bem.
- e) realizar a permuta do imóvel por outro de igual valor, única forma de alienação permitida

22. A Alerj necessita contratar um parecer jurídico de um renomado jurista, de notória especialização, para um caso extremamente complexo e intelectual, que envolve matéria de direito internacional privado ainda não pacificada nos tribunais superiores. A administração da Casa cogita contratar diretamente o jurista, sem licitação.

Com base na Lei nº 14.133/2021, essa contratação direta é:

- a) permitida por dispensa de licitação, em razão do baixo valor do serviço.
- b) vedada, pois serviços de natureza intelectual exigem, obrigatoriamente, licitação na modalidade concurso.
- c) permitida por inexigibilidade de licitação, dada a natureza predominantemente intelectual do serviço e a notória especialização do profissional.
- d) vedada, pois a contratação direta de serviços técnicos só é possível para valores inferiores a R\$ 100.000,00.
- e) permitida por inexigibilidade de licitação, mas apenas se fosse para a contratação de profissional do setor artístico

23. Para a realização de uma licitação na modalidade concorrência, visando à contratação de uma complexa solução de tecnologia da informação, a autoridade máxima da Alerj designou um único servidor, ocupante de cargo efetivo do quadro, para conduzir todo o certame, justificando que este possuía ampla experiência como pregoeiro e certames licitatórios.

Considerando as regras sobre os agentes que atuam na fase externa da licitação, conforme a Lei nº 14.133/2021, a designação foi:

- a) correta, pois o pregoeiro é o agente qualificado para conduzir qualquer modalidade de licitação.
- b) incorreta, pois o pregoeiro atua apenas na modalidade concorrência, sendo o agente de contratação o responsável pelo pregão.
- c) correta, pois a nova lei permite que a condução da licitação seja feita por um único servidor, que passa a ser chamado de agente de contratação.
- d) incorreta, pois a licitação na modalidade concorrência deve ser conduzida por uma comissão de contratação, composta por, no mínimo, 3 membros.
- e) correta, desde que o servidor designado seja auxiliado por uma equipe de apoio, o que torna a comissão dispensável

24. O Secretário de Urbanismo de determinado município carioca, no exercício regular das atribuições de seu cargo, editou portaria ordenando aos agentes públicos Artêmis e João, que lhe são diretamente subordinados, que fiscalizassem a execução de determinadas obras.

A portaria de designação representa manifestação do poder

- a) hierárquico.
- b) de polícia.
- c) disciplinar.
- d) advocatório.
- e) normativo.

25. Paulo, servidor de determinado órgão público, foi designado para atuar na comissão de um processo administrativo que visa a julgar um recurso interposto por seu irmão. Ciente da relação de parentesco, Paulo nada disse e continuou a atuar no feito.

De acordo com a Lei federal nº 9.784/1999, Paulo:

- a) é apenas suspeito para atuar, podendo continuar no processo se declarar sua imparcialidade.
- b) está impedido de atuar, e sua omissão em comunicar o fato constitui falta grave.
- c) poderia atuar normalmente, pois o impedimento só ocorreria se o interessado fosse seu cônjuge ou filho.
- d) está suspeito, devendo a parte interessada arguir a suspeição no prazo de 48 horas.
- e) não está impedido, pois a regra de impedimento não se aplica a processos administrativos

26. Pedro celebrou um contrato de compra e venda de um imóvel e dirigiu-se a um cartório de notas do Estado do Rio de Janeiro para lavrar a escritura pública. O tabelião, agindo de má-fé, lavrou o documento com informações falsas, causando um enorme prejuízo a Pedro.

Sobre a responsabilidade pelos danos causados a Pedro, segundo a jurisprudência do STF, é correto afirmar que:

- a) a responsabilidade é exclusiva do tabelião, pois ele não é servidor público e atua por conta e risco próprios.
- b) a responsabilidade é primária e objetiva do Estado, que tem o dever de fiscalizar os serviços delegados, cabendo ação de regresso contra o tabelião.
- c) a responsabilidade é solidária entre o Estado e o tabelião, podendo Pedro acionar ambos, conjunta ou isoladamente.
- d) a responsabilidade é subsidiária do Estado, que somente responderá se o tabelião não tiver patrimônio para reparar o dano.

e) não há responsabilidade do Estado, pois a atividade notarial e de registro é exercida em caráter privado, por delegação do poder público

27. Ricardo, servidor da Assembleia Legislativa de determinada unidade da federação, responsável pelo setor de compras, foi incumbido de adquirir novos equipamentos de informática. Uma das empresas que participava do certame, buscando criar uma relação amistosa, enviou a Ricardo uma cesta de vinhos importados, avaliada em R\$ 1.500,00. Ricardo aceitou o presente. A empresa em questão acabou vencendo a licitação por ter apresentado, de fato, o menor preço.

Considerando a Lei nº 8.429/1992, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, a conduta de Ricardo:

- a) configura ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito, independentemente de ter havido favorecimento à empresa.
- b) não configura ato de improbidade, pois o valor do presente é considerado de pequena monta e não influenciou o resultado da licitação.
- c) configura ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública, punível apenas com advertência.
- d) configura ato de improbidade que causa lesão ao erário, pois a licitação foi vencida pela empresa que deu o presente.
- e) só configuraria improbidade se ficasse comprovado que a conduta de Ricardo foi culposa, e não dolosa

28. Marcos, aprovado no concurso para cargo de natureza técnica na Alerj, tomou posse e entrou em exercício. Pouco tempo depois, ele foi também aprovado em um concurso público para o cargo de professor de uma universidade estadual. Marcos consultou o setor de recursos humanos sobre a possibilidade de acumular os dois cargos.

Conforme o disposto na Constituição Federal, a acumulação pretendida por Marcos é:

- a) vedada, pois a regra geral é a incompatibilidade de cargos públicos, sem exceções.
- b) permitida, desde que haja compatibilidade de horários.
- c) vedada, pois a acumulação só é permitida para dois cargos de professor.
- d) permitida, mesmo que não haja compatibilidade de horários, por se tratar de cargo técnico.
- e) vedada, pois a exceção para cargos técnicos não se aplica a servidores do Poder Judiciário

29. Gilmar, ao estudar as regras constitucionais a respeito do controle legislativo, afirmou que:

- I – O controle externo, a cargo dos Tribunais de Contas, deve ser exercido com o auxílio do Poder Legislativo de cada ente federativo.
- II – O controle realizado pelo Senado Federal quanto à escolha de autoridades pelo Presidente da República é classificado como controle parlamentar direto, de natureza política.
- III – O Tribunal de Contas da União (TCU) exerce controle parlamentar indireta nas situações em que julga as contas dos responsáveis por dinheiros públicos.

Está correto o que Gilmar afirmou em:

- a) I e III, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) II, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) III, apenas.

30. A diretoria de um fórum do tribunal de justiça decide reestruturar o layout do cartório, alterando a disposição das mesas e computadores dos servidores. A mudança visa a otimizar o fluxo de trabalho e o atendimento ao público, reduzindo o tempo de espera dos advogados e jurisdicionados. Um grupo de servidores, acostumado com a antiga organização, reclama da medida.

A decisão da diretoria, ao buscar a melhor relação entre os meios empregados e os fins alcançados, com foco na qualidade do serviço prestado, está em consonância com o princípio da:

- a) Razoabilidade.
- b) Motivação.
- c) Legalidade.
- d) Eficiência.
- e) Continuidade do serviço público

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL*Adriane Fauth*

31. Em determinado país, foi elaborada uma nova Constituição por uma Assembleia Nacional Constituinte, após um processo democrático e com ampla participação da sociedade civil. A nova Constituição, contudo, apesar de democrática se apresentava dissonante da realizada sociopolítica, não conseguindo de forma efetiva regulamentar a sociedade, sendo constantemente desrespeitada por práticas políticas contrárias às suas normas e princípios.

Com base na classificação doutrinária das constituições, é correto afirmar que a Constituição do referido país é:

- a) cesarista, pois resultou de um pacto entre a sociedade civil e o governante centralizador.
- b) histórica, pois se desenvolveu a partir dos costumes da sociedade ao longo do tempo.
- c) nominal, pois, apesar de vigente formalmente, não possui força normativa real.
- d) dirigente, por estabelecer metas e objetivos de transformação social.
- e) flexível, já que pode ser facilmente desrespeitada por não ter rigidez formal.

32. Durante uma conferência internacional, o Brasil foi questionado sobre sua posição em relação à autodeterminação dos povos, especialmente em situações de conflitos armados. Em resposta, o representante brasileiro destacou que a Constituição Federal estabelece a autodeterminação dos povos como um dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil.

Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) A autodeterminação dos povos é um princípio que permite ao Brasil intervir em conflitos internos de outros países para garantir a paz.

b) A prevalência dos direitos humanos é um princípio que autoriza o Brasil a desconsiderar a soberania de outros Estados em casos de violações graves.

c) A autodeterminação dos povos é um princípio que assegura o direito de cada nação decidir livremente sobre sua organização política, econômica e social.

d) A não intervenção é um princípio que admite exceções em casos de conflitos armados em países vizinhos.

e) A cooperação entre os povos para o progresso da humanidade é um fundamento da República Federativa do Brasil.

33. Após completar 18 anos, Jonas, interessado em compreender seus direitos antes de ingressar no mercado de trabalho, decidiu estudar a Constituição Federal. Ao analisar o texto constitucional, deparou-se com os direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais e buscou identificar quais deles estão expressamente previstos no texto constitucional.

Dentre os direitos abaixo, Jonas identificou corretamente aquele garantido pela Constituição:

- a) jornada normal de trabalho limitada a doze horas diárias e sessenta horas semanais, com possibilidade de flexibilização mediante acordo coletivo;
- b) jornada de oito horas nos turnos ininterruptos de revezamento, mesmo sem necessidade de negociação coletiva;
- c) adicional de, no mínimo, 25% para as horas extraordinárias;
- d) redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.
- e) repouso semanal remunerado, preferencialmente aos sábados.

34. Lucas, filho de Maria, de nacionalidade brasileira, e de Carlos, de nacionalidade argentina, nasceu a bordo de uma aeronave de bandeira argentina, em pleno espaço aéreo internacional. Após o nascimento, Lucas foi registrado em um cartório na Argentina e viveu naquele país até os 18 anos. Ao atingir a maioridade, Lucas decidiu fixar residência no Brasil, onde passou a viver de forma permanente. Anos depois, Lucas manifestou interesse em concorrer a um cargo eletivo no Brasil, mas foi informado de que precisaria esclarecer sua situação quanto à nacionalidade brasileira.

Com base na Constituição Federal, é correto afirmar que Lucas:

- a) Ainda não é brasileiro nato, mas pode ser caso opte pela nacionalidade brasileira, através de ação judicial.
- b) É brasileiro nato, pois é filho de mãe brasileira e fixou residência no Brasil após atingir a maioridade, independentemente de qualquer outra formalidade.
- c) Não é brasileiro nato, mas pode adquirir a nacionalidade brasileira por meio de naturalização ordinária, desde que comprove residência no Brasil e idoneidade moral.
- d) Não é brasileiro nato, mas pode adquirir a nacionalidade brasileira por meio de naturalização extraordinária, desde que resida no Brasil por mais de 15 anos ininterruptos e não tenha condenação penal.
- e) Não é brasileiro nato, pois nasceu no exterior e não foi registrado em repartição brasileira competente, sendo vedada a aquisição da nacionalidade brasileira em razão de sua condição de nascimento.

35. O Partido X foi denunciado por não cumprir as exigências constitucionais relacionadas à aplicação de recursos do fundo partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC). A denúncia apontava que o partido não destinou os percentuais mínimos previstos para programas de promoção da participação política das mulheres, para candidaturas femininas e para candidaturas de pessoas pretas e pardas.

Com base nas disposições constitucionais relacionadas aos partidos políticos, é correto afirmar que:

- a) Os partidos políticos têm autonomia plena para definir a distribuição dos recursos do fundo partidário e do FEFC, sem necessidade de observar percentuais mínimos para candidaturas femininas ou de pessoas pretas e pardas.
 - b) Os partidos políticos devem aplicar, no mínimo, 5% dos recursos do fundo partidário na criação e manutenção de programas que promovam a participação política das mulheres, conforme os interesses intrapartidários.
 - c) O tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão destinado às candidatas deve ser de, no máximo, 30%, proporcional ao número de candidatas, conforme critérios definidos pelos órgãos de direção partidária.
 - d) Dos recursos do FEFC e do fundo partidário destinados às campanhas eleitorais, os partidos políticos devem, obrigatoriamente, aplicar no mínimo 30% em candidaturas de pessoas pretas e pardas.
 - e) A Constituição Federal não prevê percentuais mínimos de recursos do fundo partidário ou do FEFC para promoção da igualdade de gênero ou racial, cabendo aos partidos decidir livremente sobre o tema.
-

36. O Deputado Estadual Cláudio, ao analisar documentos referentes ao território do Município Delta integrante do Estado Ômega, identificou uma extensão de terras que nunca foi registrada em nome de particular, tampouco recebeu qualquer destinação por parte do Poder Público.

Desejando verificar a quem pertenciam essas terras, para fins de possível implementação de políticas ambientais, o parlamentar solicitou um parecer técnico. Sua assessoria, corretamente, esclareceu que bens dessa natureza:

- a) são sempre de propriedade da União, independentemente de qualquer circunstância.
- b) são sempre de propriedade do Estado, sem exceção.
- c) são sempre de propriedade do Município, sem exceção.
- d) pertencem ao Estado, excetuadas apenas as áreas que, por determinação constitucional ou legal, sejam da União.
- e) pertencem ao Município, excetuadas apenas as áreas que, por determinação constitucional ou legal, sejam da União ou do Estado.

37. O Presidente da República editou um decreto que, além de alterar a denominação de órgãos administrativos do Governo Federal, também extinguiu cargos vagos e transferiu alguns deles para outros ministérios, com base em sua discricionariedade administrativa. Considerando as normas constitucionais, a medida praticada pelo Presidente da República:

- a) é inconstitucional, pois a extinção e criação de cargos públicos são matérias reservadas à lei, e o Presidente da República não pode regulamentá-las por decreto.
- b) é regular, pois se insere nas atribuições do Presidente da República, que pode editar decretos relativos à organização da administração pública, desde que não envolvam aumento de despesas.
- c) é inconstitucional, pois o Presidente da República não pode transferir e extinguir cargos por decreto, uma vez que tal ato depende de autorização do Congresso Nacional.
- d) é válida, pois o Presidente da República tem competência para editar decretos autônomos sobre matérias administrativas, incluindo a criação e extinção de cargos.
- e) é válida, mas apenas se previamente houver autorização legislativa específica para a transferência e extinção de cargos.

38. Durante uma crise institucional, o Presidente da República decretou estado de defesa em determinada região do país e, posteriormente, solicitou autorização para o estado de sítio. Paralelamente, diante de uma catástrofe de grandes proporções, discutiu-se a necessidade de decretação de estado de calamidade pública de âmbito nacional. Diante desse cenário, a assessoria jurídica do Congresso Nacional foi consultada sobre as competências constitucionais relativas à apreciação, autorização e suspensão dessas medidas.

À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta quanto às competências do Congresso Nacional nessas situações:

- a) Compete ao Congresso Nacional aprovar ou suspender o estado de defesa, autorizar o estado de sítio e decretar o estado de calamidade pública de âmbito nacional, todas por meio de lei ordinária.
- b) Compete privativamente ao Senado Federal aprovar o estado de defesa e autorizar o estado de sítio, enquanto a decretação do estado de calamidade pública de âmbito nacional é de competência exclusiva da Câmara dos Deputados.
- c) Compete ao Congresso Nacional aprovar o estado de defesa, autorizar e suspender o estado de sítio, e decretar o estado de calamidade pública de âmbito nacional, sendo essas competências exercidas sem necessidade de sanção presidencial.
- d) Compete ao Congresso Nacional aprovar o estado de defesa e o estado de sítio, mas a suspensão dessas medidas é competência exclusiva do Presidente da República.
- e) Compete privativamente à Câmara dos Deputados aprovar o estado de defesa, autorizar o estado de sítio e decretar o estado de calamidade pública de âmbito nacional, cabendo ao Senado Federal apenas a suspensão dessas medidas.

39. Em meio a debates sobre a eficiência administrativa, um grupo de cento e setenta Deputados Federais apresentou proposta de emenda à Constituição com o objetivo de abolir os Estados, transformando o Brasil em um Estado unitário, sob o argumento de que essa medida reduziria significativamente os custos públicos e simplificaria a gestão governamental.

À luz da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que essa proposta:

- a) apresenta, como única irregularidade, um vício de iniciativa, não devendo ser objeto de votação no Congresso Nacional.
- b) não apresenta qualquer vício e deve ser aprovada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- c) não apresenta qualquer vício e deve ser aprovada em cada Casa do Congresso Nacional, em quatro turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- d) apresenta, como única irregularidade, a afronta a um limite material de reforma constitucional, não devendo ser objeto de deliberação pelo Congresso Nacional.
- e) apresenta vício de iniciativa e também afronta um limite material de reforma constitucional, não devendo ser objeto de deliberação.

40. O governo do Estado do Amazonas, ao tomar conhecimento de que determinada empreiteira nacional estava iniciando a construção de um grande edifício central, constatou que essa construção poderia causar uma exorbitante degradação ambiental ao local previamente estabelecido.

Nesse caso:

- a) como não foi causado nenhum dano ambiental, não há nenhuma medida passível de ser adotada ou exigida pela fiscalização;
- b) tanto o estudo prévio de impacto ambiental como o posterior exigem a demonstração de dano, sob pena de afronta à presunção de inocência;
- c) ainda que não tenha sido causado dano ambiental, a existência de risco em potencial permite que seja exigido o estudo prévio de impacto ambiental;
- d) pode ser exigido o estudo de impacto ambiental, mas apenas após a conclusão do empreendimento, já que somente nesse momento será conhecido o seu potencial lesivo;
- e) ainda que não tenha sido causado dano ambiental, a existência de risco em potencial permite que seja exigido o estudo prévio de impacto ambiental, o qual deverá ser mantido em sigilo.

**CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO
SERVIDOR PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO (DECRETO Nº 43.583/2012) E
ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS
(DECRETO-LEI Nº 220/1975) E SEU
REGULAMENTO (DECRETO Nº 2.479/1979)**

Tiago Zanolla

41. Após decisão administrativa determinando a reintegração de um servidor estável, verificou-se que o cargo estava ocupado por outro servidor, também estável.

De acordo com o Decreto nº 2.479/1979, a Administração deverá:

- a) Exonerar imediatamente o atual ocupante, com direito à indenização proporcional.
- b) Reconduzi-lo a cargo equivalente, ainda que necessária sua criação, sem direito à indenização.
- c) Removê-lo para cargo de chefia de mesma classe.
- d) Mantê-lo no cargo até surgimento de vaga.
- e) Tornar sem efeito a reintegração por impossibilidade material.

42. Durante auditoria administrativa na Secretaria de Planejamento, foram identificadas as seguintes situações envolvendo servidores estaduais:

- I. Marta foi nomeada para cargo efetivo e, após publicação do ato de nomeação, apresentou-se ao órgão setorial de pessoal **após 35 dias**. Alegou que o atraso decorrera de viagem familiar e requereu o cômputo integral do período como de efetivo exercício.
- II. Paulo foi **transferido de unidade administrativa** e, por motivo de licença médica, iniciou o exercício **dez dias após o término do impedimento**. A autoridade competente havia autorizado a prorrogação do prazo, conforme solicitação formal.
- III. Carlos, servidor **removido para outra unidade administrativa**, reiniciou suas atividades **no quinto dia após a publicação do ato**, e o período entre a remoção e o novo início foi considerado como **trânsito computável para todos os efeitos**.
- IV. Helena, servidora estável, foi **afastada do exercício de seu cargo** por ter sido **denunciada criminalmente por crime inafiançável**, permanecendo afastada até decisão judicial definitiva.

Considerando apenas o texto legal transcrito (arts. 67 a 75 do Decreto nº 2.479/1979), assinale a alternativa **correta** quanto à regularidade das situações descritas.

- a) Somente os casos II e IV observam integralmente as disposições do Estatuto.
- b) Somente os casos I e III estão em conformidade com as normas sobre exercício e afastamento.
- c) Os casos II, III e IV estão corretos; o caso I contraria o prazo legal de exercício.
- d) Apenas o caso IV é regular, pois os demais ferem prazos de início ou reinício de exercício.
- e) Todos os casos estão em conformidade com o Estatuto, pois há previsão de prorrogação e de trânsito em cada hipótese.

43. Durante correição na Secretaria de Fazenda, verificaram-se as seguintes situações funcionais

- I. A servidora Júlia, pela **primeira vez**, atrasou-se reiteradamente na entrega de relatórios por descuido. A chefia imediata decidiu aplicar-lhe **advertência verbal**, comunicando o fato ao órgão de pessoal.
- II. O servidor Roberto, após receber **repreensão escrita** por desobediência, voltou a desrespeitar ordens superiores. Diante da reincidência específica, o dirigente da unidade aplicou-lhe **suspensão de trinta dias**, convertida, por conveniência do serviço, em **multa de 50% por dia de vencimento**, com obrigação de permanecer em exercício.
- III. A servidora Cláudia, designada para função gratificada de chefia, foi **destituída** após apuração de **falta de exação no cumprimento do dever**. O ato foi praticado pela mesma autoridade que a havia designado.
- IV. O servidor Fábio, já aposentado, foi submetido a inquérito administrativo por fatos praticados enquanto em atividade, sendo comprovada falta passível de **demissão**. Diante disso, a autoridade competente determinou a **cassação de sua aposentadoria**.

Com base **exclusivamente no texto dos arts. 46 a 56 do Decreto-Lei 220/1975**, assinale a alternativa **correta** quanto à regularidade das situações descritas.

- a) Somente as situações I, II e III estão de acordo com o Decreto-Lei; a IV é irregular, pois aposentados não podem sofrer penalidade administrativa.
- b) Apenas as situações I e II observam a legislação; a destituição de função e a cassação de aposentadoria são de competência exclusiva do Governador.
- c) As situações I, II, III e IV estão todas em conformidade com o Decreto-Lei, quanto ao tipo de sanção, seus pressupostos e a autoridade competente.

d) Somente as situações II e III estão corretas; a advertência deveria ser aplicada por escrito, e a cassação de aposentadoria depende de sentença judicial.

e) Somente as situações I e IV estão regulares; a suspensão não pode ser convertida em multa e a destituição deveria ser aplicada por Secretário de Estado.

44. Durante palestra institucional sobre ética pública, um servidor efetivo questionou se o **Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Estado do Rio de Janeiro** se aplica apenas aos servidores estatutários, ou também a prestadores de serviço contratados temporariamente.

O palestrante respondeu que a aplicação do Código é ampla e independe de vínculo remunerado, abrangendo inclusive colaboradores eventuais.

Considerando **apenas o texto do Decreto nº 43.583/2012**, é correto afirmar que:

a) O Código de Ética aplica-se exclusivamente aos servidores estatutários do Poder Executivo, excluindo as empresas públicas e sociedades de economia mista.

b) A observância dos princípios éticos previstos no Decreto é restrita às funções permanentes, não se estendendo aos prestadores de serviço temporário.

c) O Código de Ética tem aplicação a todo aquele que, de forma permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem remuneração, preste serviço sob interesse estatal, abrangendo inclusive autarquias, fundações, entidades paraestatais, empresas públicas e sociedades de economia mista.

d) A aplicação do Código limita-se aos órgãos da Administração Direta, cabendo às entidades da Administração Indireta instituir códigos próprios.

e) Apenas os servidores remunerados e investidos em cargos públicos efetivos estão sujeitos ao Código de Ética instituído pelo Decreto.

45. Durante visita técnica da Secretaria de Estado da Casa Civil, foi verificado que determinado órgão da Administração Direta havia criado sua **Comissão de Ética Setorial**, composta por três servidores efetivos, designados pelo dirigente máximo, com mandatos de três anos, e sem qualquer tipo de gratificação pelo exercício da função.

Contudo, o órgão não comunicou formalmente à Casa Civil a constituição da Comissão, tampouco garantiu infraestrutura mínima para o funcionamento de seus trabalhos.

Com base **exclusivamente no Decreto nº 43.583/2012**, é correto afirmar que:

a) A ausência de comunicação à Casa Civil não compromete a regularidade da Comissão, pois a designação é ato exclusivo do dirigente do órgão.

b) As Comissões de Ética Setoriais possuem autonomia administrativa e financeira, cabendo-lhes requisitar recursos diretamente à Casa Civil.

c) A participação nas Comissões de Ética Setoriais enseja retribuição adicional, por se tratar de encargo público de natureza extraordinária.

d) O dirigente do órgão descumpriu dever legal, pois deveria comunicar a constituição da Comissão à Casa Civil e assegurar condições de trabalho adequadas ao desempenho de suas funções.

e) A Comissão deveria ser composta por, no mínimo, cinco servidores estáveis e presidida obrigatoriamente por membro indicado pela Casa Civil.

**REGIMENTO INTERNO DA ALERJ
(RESOLUÇÃO Nº 810/1997). PLANO DE
CARREIRA (RESOLUÇÃO Nº 590/1994)***Emerson Bruno*

46. Durante uma reunião administrativa na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, um servidor recém-ingresso questionou o Secretário-Geral da Mesa sobre o calendário das atividades parlamentares. Ele desejava saber em quais períodos do ano ocorrem as sessões legislativas ordinárias, tendo em vista que as extraordinárias somente se realizam mediante convocação específica.

De acordo com o que dispõe Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, as sessões legislativas ordinárias realizam-se:

- a) de 15 de janeiro a 30 de junho e de 15 de agosto a 22 de dezembro.
- b) de 1º de fevereiro a 15 de junho e de 1º de agosto a 31 de dezembro
- c) de 1º de fevereiro a 1º de junho e de 1º de agosto a 22 de dezembro
- d) de 1º de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 31 de dezembro.
- e) de 1º de janeiro a 1º de julho e de 1º de agosto a 31 de dezembro.

47. Durante o curso de formação para novos servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, um instrutor abordou o papel e a composição da Mesa Diretora, destacando sua relevância para o funcionamento da Casa.

Considerando o que dispõe o Regimento Interno da ALERJ, assinale a alternativa correta acerca da Mesa Diretora.

- a) A Mesa Diretora é composta por um Presidente, dois Vice-Presidentes e três Secretários, sendo responsável apenas pela direção dos trabalhos legislativos.
- b) A Mesa Diretora, como órgão colegiado, exerce função de direção dos trabalhos legislativos e

administrativos da Assembleia, sendo composta por um Presidente, quatro Vice-Presidentes, quatro Secretários e quatro vogais.

- c) Compete à Mesa Diretora exclusivamente a condução dos serviços administrativos, sendo sua composição formada por um Presidente, três Vice-Presidentes e três Secretários.
- d) A Mesa Diretora tem natureza consultiva e integra-se por um Presidente, quatro Vice-Presidentes e um único Secretário-Geral.
- e) A Mesa Diretora, de caráter executivo, é formada por um Presidente e quatro Vice-Presidentes, não havendo previsão de Secretários ou vogais entre seus membros.

48. Bruna é estagiária na Procuradoria da Assembleia Legislativa, enquanto estudante de Direito da PUC-Rio interessada em conhecer as peculiaridades sobre a organização das representações partidárias que compõem o legislativo fluminense, conclui corretamente que:

- a) Líder é o Deputado que fala em nome da bancada de seu partido, exceto quando de representação unitária ou de bloco parlamentar.
- b) Cada líder poderá indicar vice-líderes na proporção de um por cinco Deputados ou fração, que constitua sua representação, facultada a designação de um como primeiro vice-líder.
- c) As representações de quatro ou mais partidos, por deliberação das respectivas bancadas, poderão constituir bloco parlamentar sob liderança comum.
- d) As lideranças dos partidos que se coligarem em bloco parlamentar mantém suas atribuições e prerrogativas regimentais.
- e) O bloco parlamentar tem existência circunscrita à legislatura, devendo o ato de sua criação e as alterações posteriores serem apresentadas à Mesa para registro e publicação.

49. Em razão de um fato determinado ocorrido na Cidade do Rio de Janeiro, no qual uma operação das forças de segurança foi capaz de gerar grande repercussão nacional e internacional, um grupo de Deputados Estaduais deseja a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. No âmbito do Regimento Interno da ALERJ, marque a afirmativa incorreta.

- a) O Deputado que não comparecer a três reuniões consecutivas de uma comissão parlamentar de inquérito terá sua substituição solicitada pelo presidente da comissão.
- b) A comissão, que poderá atuar também durante o recesso parlamentar, terá o prazo de até noventa dias, prorrogável apenas uma vez e por até sessenta dias mediante deliberação do Plenário, para conclusão de seus trabalhos.
- c) A comissão parlamentar de inquérito terá sua composição numérica indicada no requerimento ou projeto de criação.
- d) É privativa do presidente da ALERJ a indicação do relator, sendo o presidente da comissão eleito pela maioria dos mesmos.
- e) As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno da Casa, serão criadas automaticamente, no prazo máximo de quarenta e oito horas após o requerimento de um terço dos membros da Assembleia Legislativa, para apuração de fato determinado e por prazo certo.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rodrigo Bet

50. Jonas, estudante da Constituição Estadual do Estado do Rio de Janeiro, manifestou dúvidas quanto às situações em que os Deputados Estaduais perderão seus mandatos, conforme estabelecido pela Constituição mencionada. Com base nesse contexto, é correto afirmar que:

- a) Perderá o mandato o Deputado que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à sexta parte das sessões ordinárias, salvo licença ou missão autorizada pela Assembleia Legislativa.
- b) Perderá o mandato o Deputado cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar.
- c) Perderá o mandato o Deputado que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à quinta parte das sessões ordinárias, salvo licença ou missão autorizada pela Assembleia Legislativa.
- d) Perderá o mandato o Deputado que sofrer condenação criminal, ainda que a sentença não tenha transitado em julgado.
- e) Perderá o mandato o Deputado que perder ou tiver os direitos políticos cassados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO ADMINISTRATIVO***Fabiano Pereira*

51. A Constituição Federal estabelece que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Com base nesses princípios, assinale a opção correta.

- a) A legalidade administrativa confere ampla liberdade de ação à Administração Pública, permitindo-lhe agir conforme critérios de conveniência e oportunidade, ainda que sem previsão legal expressa.
- b) O princípio da impessoalidade impede a vinculação entre o ato administrativo e o agente público que o praticou, assegurando a neutralidade da atuação estatal.
- c) O princípio da moralidade é de natureza exclusivamente ética, sem implicações jurídicas concretas sobre a validade dos atos administrativos.
- d) O princípio da publicidade obriga a Administração a divulgar todo e qualquer ato, ainda que envolva informações sigilosas ou pessoais, sob pena de nulidade.
- e) O princípio da eficiência limita-se à economia de recursos públicos, sem considerar a qualidade dos serviços prestados à coletividade.

52. A servidora pública Ana Beatriz, lotada na Secretaria de Educação, é responsável pela divulgação de campanhas institucionais nas redes sociais da prefeitura. Ao elaborar um vídeo sobre o novo programa de alfabetização, ela incluiu, no final da gravação, a frase: "Gestão Carlos Menezes: trabalho e progresso para todos!" acompanhada da imagem do prefeito.

Com base nessa situação, assinale a opção correta.

- a) A conduta de Ana Beatriz é lícita, pois a menção ao nome do prefeito representa apenas a identificação da autoridade responsável pela iniciativa.
- b) O princípio da moralidade não se aplica às campanhas publicitárias, mas apenas aos atos administrativos internos.
- c) A publicidade oficial, ainda que contenha a imagem de agente público, não pode ser considerada irregular se tiver caráter educativo.
- d) A conduta seria irregular apenas se houvesse utilização de recursos públicos para fins particulares.
- e) A inserção do nome e imagem do prefeito em campanha institucional configura violação ao princípio da impessoalidade, caracterizando promoção pessoal.

53. A Administração Pública brasileira estrutura-se de forma a permitir a execução de funções estatais tanto por órgãos vinculados diretamente ao Estado quanto por entidades com personalidade jurídica própria.

Sobre esse tema, assinale a opção correta.

- a) A descentralização administrativa ocorre quando o Estado cria órgãos subordinados hierarquicamente a ele, distribuindo internamente suas competências.
- b) A desconcentração é a transferência de atribuições a pessoas jurídicas distintas, geralmente para descentralizar a execução de políticas públicas.
- c) A Administração Direta é composta pelos entes políticos – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – aos quais estão vinculados os órgãos que integram sua estrutura.
- d) As entidades da Administração Indireta, como autarquias e empresas públicas, são criadas por decreto do chefe do Poder Executivo.
- e) A descentralização administrativa dispensa a edição de lei específica para a criação de novas entidades, bastando a edição de regulamento.

54. O Município de Flor do Campo pretende aprimorar a gestão do abastecimento de água, criando uma entidade com autonomia administrativa e patrimônio próprio, mas sob controle estatal, para executar o serviço público de forma mais eficiente. Durante o processo de criação, surgiram dúvidas sobre a natureza e o regime jurídico da nova entidade.

Com base nessa situação, assinale a opção correta.

- a) O Município poderá criar uma autarquia, pessoa jurídica de direito público, mediante lei específica que lhe confira autonomia administrativa e financeira.
- b) A criação de uma empresa pública dispensa lei específica, bastando autorização do chefe do Executivo municipal.
- c) A fundação pública, por possuir personalidade de direito privado, não se submete a concurso público nem licitação.
- d) A sociedade de economia mista será integralmente regida pelo direito público e financiada exclusivamente pelo orçamento municipal.
- e) O Município poderá criar um consórcio público, pessoa física com autonomia limitada e dependente de autorização judicial.

55. Os atos administrativos são instrumentos pelos quais a Administração manifesta sua vontade com o objetivo de produzir efeitos jurídicos.

Com base nessa definição, assinale a opção correta.

- a) O ato administrativo é manifestação bilateral de vontade, pois depende da concordância do administrado para sua validade.
- b) São elementos do ato administrativo: competência, finalidade, forma, motivo e objeto.
- c) A finalidade é elemento accidental, podendo ser livremente definida pela Administração conforme critérios políticos.
- d) A forma do ato administrativo é dispensável, desde que haja intenção legítima do agente.
- e) O motivo e o objeto são sinônimos, pois ambos representam a justificativa do ato.

56. O fiscal João Ribeiro, da Secretaria Municipal de Urbanismo, determinou a demolição imediata de um muro construído irregularmente, sem autorização prévia. O proprietário, inconformado, alegou que a decisão era ilegal, pois não houve ordem judicial para execução da medida.

Com base nessa situação, assinale a opção correta.

- a) O ato do fiscal é nulo, pois a Administração só pode executar seus atos mediante autorização judicial prévia.
- b) O ato administrativo não pode produzir efeitos enquanto não houver manifestação do Judiciário confirmando sua legalidade.
- c) O ato de demolição é inválido, já que os atos administrativos carecem de imperatividade.
- d) O atributo da tipicidade impede a execução de medidas coercitivas pela Administração.
- e) A Administração pode executar diretamente o ato, pois goza do atributo da autoexecutoriedade, que dispensa ordem judicial nos casos previstos em lei ou em situação de urgência.

57. Durante uma operação policial, o agente Marcos Tavares danificou o veículo de um cidadão ao colidir com ele enquanto perseguia um suspeito. O Estado indenizou o particular pelos prejuízos e, após apuração, verificou-se que Marcos agiu com imprudência grave.

Nessa situação, assinale a opção correta.

- a) O Estado não pode ser responsabilizado, pois o dano foi causado durante o exercício da função pública.
- b) O Estado responde subjetivamente e só indeniza se ficar provada a culpa do agente.
- c) O Estado responde objetivamente pelo dano causado, podendo exercer direito de regresso contra o agente se comprovados dolo ou culpa.
- d) O direito de regresso é automático, dispensando análise da conduta do servidor.
- e) O agente público só responderá se o dano decorrer de ato intencional e doloso.

58. A Lei nº 8.429/1992, conhecida como Lei de Improbidade Administrativa, estabelece sanções para agentes públicos que pratiquem atos contrários à moralidade e à probidade no exercício de suas funções. Tais atos podem importar enriquecimento ilícito, causar prejuízo ao erário ou atentar contra os princípios da Administração Pública.

Com base nesse diploma legal, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) Receber vantagem econômica, direta ou indireta, para tolerar a exploração de atividades ilícitas, como contrabando e jogos de azar, caracteriza ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
- b) Causar dolosamente dano ao erário por meio de ação ou omissão que gere perda patrimonial, desvio ou dilapidação dos bens públicos configura ato de improbidade administrativa.
- c) As sanções previstas para atos de improbidade incluem perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, multa civil e proibição de contratar com o Poder Público.
- d) É possível a responsabilização por ato de improbidade administrativa ainda que o agente público tenha agido apenas com culpa, sem intenção de causar resultado ilícito.
- e) O exercício da função pública, desacompanhado de dolo com finalidade ilícita, não configura improbidade administrativa.

59. A Lei nº 14.133/2021 reformulou as normas gerais de licitações e contratos, instituindo novas modalidades licitatórias e disciplinando as hipóteses de contratação direta, como dispensa e inexigibilidade de licitação.

Com base em suas disposições, assinale a alternativa correta.

- a) A concorrência é a modalidade adequada para contratações de bens e serviços especiais, bem como de obras e serviços comuns e especiais de engenharia.

b) O leilão é modalidade destinada à contratação de obras e serviços de engenharia de grande vulto, observando o critério de menor preço.

c) O diálogo competitivo é utilizado exclusivamente para contratações de bens e serviços comuns, nas quais os licitantes apresentam propostas simultâneas em sessão pública.

d) A dispensa de licitação ocorre quando há inviabilidade de competição, sendo facultada à Administração escolher entre os fornecedores disponíveis.

e) A inexigibilidade de licitação é admitida nas hipóteses em que a competição é inviável, desde que a Administração comprove que realizou pesquisa prévia de preços com, no mínimo, três fornecedores.

60. A Lei nº 9.784/1999 regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, estabelecendo normas que asseguram os direitos dos administrados, seus deveres, e os princípios que regem o início e o exercício da competência administrativa.

Com base nesse diploma legal, assinale a alternativa correta.

- a) O processo administrativo pode ser iniciado apenas por provocação do interessado, sendo vedado o início de ofício pela Administração Pública.
- b) O administrado está obrigado a prestar informações e colaborar com a Administração, devendo agir com lealdade, urbanidade e boa-fé.
- c) A Administração pode recusar imotivadamente o recebimento de requerimentos ou documentos que considerar incompletos.
- d) A competência administrativa é irrenunciável, mas pode ser delegada para qualquer pessoa, inclusive particular, desde que haja interesse público.
- e) O ato de delegação de competência não precisa ser publicado, bastando sua comunicação interna.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Adriane Fauth*

61. Foi aprovada a Emenda Constitucional n. W, que introduziu uma norma de eficácia limitada sobre a proteção de dados pessoais no âmbito da administração pública. Antes da promulgação da Emenda, já existia uma lei infraconstitucional, de eficácia plena, que regulava amplamente o tratamento de dados pessoais, inclusive no setor público. Contudo, a norma infraconstitucional contém disposições que são contrárias ao disposto na Emenda. Diante disso, surgiram dúvidas sobre a continuidade da aplicação da lei infraconstitucional até que a norma constitucional seja regulamentada por legislação específica.

Com base nesse cenário, é correto afirmar que:

- a) A norma infraconstitucional será imediatamente revogada, pois é incompatível com o texto constitucional introduzido pela Emenda W, independentemente de regulamentação.
- b) A norma infraconstitucional continuará a ser aplicada até que a norma constitucional de eficácia limitada seja regulamentada.
- c) A norma infraconstitucional será revogada apenas se a norma constitucional for programática.
- d) A norma constitucional de eficácia limitada, por ser hierarquicamente superior, revoga automaticamente qualquer norma infraconstitucional, mesmo que não haja incompatibilidade.
- e) A norma infraconstitucional, por ser de eficácia plena, não pode ser revogada por uma norma constitucional de eficácia limitada, mesmo que haja incompatibilidade.

62. De maneira regular, foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) pela Câmara Legislativa do Distrito Federal a fim de apurar determinadas condutas irregulares. A CPI determinou a interceptação de comunicações telefônicas de Chico, bem como a quebra do sigilo de dados telefônicos de Zeca, sendo que ambos figuravam na condição de investigados. Com base exclusivamente nas informações obtidas por esses meios, o Ministério Público ofereceu denúncia em face de Chico e Zeca, encaminhando junto com a inicial acusatória a transcrição das conversas obtidas com a interceptação de Chico e a relação de dados telefônicos de Zeca.

Apenas com base nas informações narradas e na posição majoritária do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- a) ambas as provas, originadas da interceptação telefônica e da quebra de sigilo de dados, são ilícitas, mas podem continuar nos autos em razão da teoria da fonte independente.
- b) o registro dos dados telefônicos de Zeca configura prova ilícita, enquanto a transcrição das conversas de Chico, obtidas por interceptação telefônica, configura prova válida.
- c) ambas as provas, originadas da interceptação telefônica e da quebra de sigilo de dados, devem ser consideradas válidas.
- d) ambas as provas, originadas da interceptação telefônica e da quebra de sigilo de dados, são ilícitas, devendo ser desentranhadas dos autos.
- e) a relação de dados telefônicos de Zeca configura prova válida, enquanto a transcrição a partir da interceptação das conversas telefônicas de Chico configura prova ilícita.

63. O Município Gama, localizado no interior do Estado Delta, editou a Lei Municipal nº 456, que instituiu a cobrança de uma taxa sobre o uso de vias públicas por veículos de transporte de carga. A norma gerou grande controvérsia, pois diversos juristas apontaram que a lei municipal violaria dispositivos específicos da Constituição Federal, considerados como preceitos fundamentais. Diante disso, a Associação Nacional dos Transportadores de Carga (ANTC) – entidade de classe de âmbito nacional, preocupada com os impactos da norma, consultou sua assessoria jurídica sobre a possibilidade de questionar a constitucionalidade da referida lei.

A assessoria respondeu corretamente que:

- a) deve ser ajuizada uma ação direta de inconstitucionalidade perante o STF, pois a lei municipal viola a Constituição Federal.
- b) deve ser ajuizada uma arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) perante o STF.
- c) Não há controle concentrado de constitucionalidade de normas municipais em face da Constituição Federal.
- d) o controle de constitucionalidade da norma deve ser realizado exclusivamente por meio do controle difuso, em casos concretos.
- e) a ANTC não possui legitimidade para questionar a constitucionalidade da norma municipal, seja no STF ou no Tribunal de Justiça estadual.

64. Joana, maior de idade e em pleno gozo de suas faculdades mentais, é integrante da religião Testemunhas de Jeová. Ela foi internada em um hospital público após um grave acidente de carro e, como parte do tratamento, os médicos recomendaram uma transfusão de sangue imediata para salvar sua vida. Entretanto, Joana recusou a transfusão, afirmando que esse procedimento violava os princípios de sua religião e sua autonomia pessoal.

Diante do impasse, a equipe médica entrou com uma ação judicial de urgência para que fosse autorizada a transfusão, alegando que o direito à vida é absoluto e que eles teriam a obrigação de salvá-la, independentemente de sua vontade. Durante o julgamento, o juiz decidiu em favor de Joana, destacando que sua recusa era legítima e que outros tratamentos alternativos deveriam ser providenciados.

Com base nos direitos fundamentais previstos no artigo 5º da Constituição Federal e no entendimento do STF, assinale a afirmativa correta:

- a) A decisão do juiz está equivocada, pois o direito à vida é absoluto e deve prevalecer sobre qualquer manifestação de autonomia ou liberdade religiosa de Joana.
- b) O direito de recusar tratamentos médicos com base em convicções religiosas está assegurado pela Constituição, mas se aplica somente aos tratamentos realizados em hospitais privados, não se estendendo à rede pública de saúde.
- c) A liberdade religiosa e a autonomia individual de Joana são direitos fundamentais extremamente importantes, mas podem ser restringidos em casos onde a vida está em risco, desde que haja autorização judicial para tanto.
- d) O STF já decidiu que os membros de qualquer religião podem recusar procedimentos médicos, inclusive em situações que coloquem vidas de terceiros em risco, com base na liberdade de crença.
- e) Joana, sendo maior e capaz, tem o direito de recusar procedimentos médicos, incluindo transfusões de sangue, com base em sua autonomia individual e liberdade religiosa, cabendo ao Estado, no caso do SUS, garantir os tratamentos alternativos disponíveis.

65. Carlos foi condenado criminalmente por um crime de apropriação indébita, com trânsito em julgado da sentença. Durante o cumprimento de sua pena em regime semiaberto, Carlos decidiu retomar sua vida profissional e prestou concurso público para o cargo de assistente técnico em uma fundação pública federal. Apesar de ter sido aprovado em todas as etapas do certame, sua nomeação foi questionada pela administração pública sob o argumento de que ele estaria com seus direitos políticos suspensos, nos termos do artigo 15, III, da Constituição Federal.

Diante dessa situação, e considerando a jurisprudência do STF sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) A suspensão dos direitos políticos impede a posse de Carlos no cargo público, pois a condenação criminal transitada em julgado é incompatível com o exercício de qualquer função pública.
- b) Carlos poderá ser nomeado e tomar posse no cargo, independentemente da natureza do crime praticado, pois o princípio da dignidade da pessoa humana garante o pleno acesso ao trabalho.
- c) A suspensão dos direitos políticos não impede a nomeação e posse de Carlos, desde que o crime praticado não seja incompatível com as atribuições do cargo público para o qual foi aprovado.
- d) A nomeação e posse de Carlos dependerão exclusivamente de decisão administrativa da fundação pública, sem necessidade de análise pelo juízo das execuções penais.
- e) Carlos não poderá exercer o cargo público enquanto estiver cumprindo pena, mesmo que haja compatibilidade entre a infração penal praticada e as funções do cargo.

66. O servidor público federal João, ocupante de cargo de provimento efetivo, teve sua aposentadoria voluntária concedida por ato do Ministério da Economia.

O processo foi então encaminhado ao Tribunal de Contas da União (TCU) para o devido registro da legalidade do ato.

Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, é correto afirmar que o TCU:

- a) não está sujeito a limites temporais para apreciar a legalidade do ato inicial de aposentadoria de João;
- b) deve realizar o julgamento da legalidade do ato de aposentadoria de João no prazo máximo de cinco anos, contado da sua publicação no Diário Oficial da União;
- c) deve realizar o julgamento da legalidade do ato de aposentadoria de João no prazo máximo de cinco anos, contado da chegada do processo ao Tribunal de Contas da União;
- d) não está sujeito a limites temporais para apreciar o ato de aposentadoria de João, mas, se ultrapassado o prazo de cinco anos, devem ser assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- e) não está sujeito a limites temporais para apreciar o ato de aposentadoria de João, mas, se a análise puder implicar a anulação ou revisão do ato, devem ser assegurados o contraditório e a ampla defesa.

67. Helena possui um contrato com uma Autarquia federal, o contrato apresenta cláusulas peculiares não comum em contratos do seu ramo. Interessada pelo cenário político, Helena decidiu concorrer ao cargo de Senadora e para tanto consultou um advogado a respeito da existência ou não de alguma vedação a sua candidatura em decorrência da existência do contrato, o advogado respondeu corretamente que:

- a) se eleita, Helena, desde a posse, não poderá manter o referido contrato com a autarquia federal.
- b) não há óbice à continuidade do contrato, por se tratar de atividade privada e essencialmente lícita.
- c) se eleita, Helena, desde a proclamação dos eleitos, não poderá manter o referido contrato com a autarquia federal.
- d) se eleita, Helena, desde a expedição do diploma, não poderá manter o referido contrato com a autarquia federal.
- e) não há óbice à continuidade do contrato, desde que Helena se abstenha de votar a respeito de proposições que tangenciem o seu objeto.

68. Em 2024, durante um período de grave crise econômica e social, o Presidente da República foi acusado de diversas condutas que podem configurar crimes de responsabilidade. Entre as acusações, destacam-se o descumprimento de leis orçamentárias, a utilização de recursos públicos para fins eleitoreiros e a obstrução de investigações conduzidas pela Polícia Federal.

Considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do STF sobre a matéria, assinale a alternativa correta:

- a) O Presidente da República somente pode ser responsabilizado por crimes de responsabilidade após o término de seu mandato, mediante ação penal proposta pelo Procurador-Geral da República perante o STF.
- b) O processo de impeachment do Presidente da República por crimes de responsabilidade deve ser iniciado pela Câmara dos Deputados e julgado pelo Senado Federal, exigindo-se, em ambas as Casas, o voto da maioria absoluta de seus membros para a condenação.
- c) A competência para processar e julgar o Presidente da República por crimes de responsabilidade é do Supremo Tribunal Federal, mediante autorização da Câmara dos Deputados.
- d) O Presidente da República, uma vez denunciado por crime comum perante o Supremo Tribunal Federal (STF), perde automaticamente o cargo, extinguindo-se qualquer possibilidade de processo de impeachment por crimes de responsabilidade.
- e) O processo de impeachment do Presidente da República por crimes de responsabilidade deve ser iniciado por denúncia de qualquer cidadão perante a Câmara dos Deputados, exigindo-se o voto de dois terços dos membros do Senado Federal para a condenação e consequente perda do cargo.

69. O Deputado Federal João Silva foi convidado pelo Presidente da República para assumir o cargo de Ministro de Estado. Após aceitar o convite, João Silva comunicou formalmente à Câmara dos Deputados sua decisão e optou por receber a remuneração do mandato parlamentar, mesmo estando investido na função de Ministro.

Além disso, outro Deputado, Carlos Almeida, solicitou licença da Câmara para tratar de interesses particulares, sem remuneração, por um período de 150 dias durante a mesma sessão legislativa. A Câmara aprovou a licença, mas não convocou o suplente para ocupar a vaga temporariamente.

Com base no caso apresentado e de acordo com a Constituição Federal, analise as afirmativas abaixo e escolha a alternativa correta:

- a) O Deputado João Silva perderá automaticamente o mandato por assumir o cargo de Ministro de Estado, já que a Constituição não permite o acúmulo de funções.
- b) O Deputado João Silva pode permanecer no cargo de Ministro de Estado sem perder o mandato, e pode optar pela remuneração do mandato parlamentar.
- c) O Deputado Carlos Almeida poderia ter sua licença aprovada pela Câmara, mesmo que o afastamento para tratar de interesses particulares ultrapassasse o limite de 120 dias por sessão legislativa, desde que não houvesse prejuízo ao funcionamento da Casa.
- d) A Câmara dos Deputados agiu corretamente ao não convocar o suplente para ocupar a vaga temporária de Carlos Almeida, já que o afastamento foi inferior a 180 dias.
- e) Caso o Deputado João Silva decida renunciar ao cargo de Ministro de Estado, ele deverá ser submetido a nova eleição para reassumir o mandato parlamentar.

70. Durante o julgamento de um processo administrativo disciplinar instaurado contra um desembargador de Tribunal de Justiça, o CNJ decidiu, por maioria, aplicar-lhe a pena de aposentadoria compulsória com proventos proporcionais ao tempo de serviço, com base em infração aos deveres funcionais previstos na Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN).

O magistrado recorreu ao Supremo Tribunal Federal alegando que o CNJ usurpou a competência do tribunal local, pois apenas o Tribunal de Justiça poderia aplicar sanção a um de seus membros, e que o CNJ não poderia exercer competência originária disciplinar.

Com base na Constituição Federal e na jurisprudência consolidada do STF, assinale a alternativa correta.

- a) O CNJ não pode aplicar penalidades a magistrados, pois seu papel é apenas de controle administrativo, não alcançando a função correicional e disciplinar.
- b) O CNJ tem competência originária e concorrente com os tribunais para instaurar e julgar processos disciplinares contra magistrados, podendo aplicar sanções, inclusive a de aposentadoria compulsória.
- c) O CNJ somente pode revisar decisões disciplinares proferidas pelos tribunais locais, não podendo instaurar ou julgar processos originariamente.
- d) O CNJ tem competência apenas subsidiária, ou seja, somente atua se o tribunal local permanecer inerte ou omissor, mas não pode aplicar penalidades diretamente.
- e) O CNJ tem competência exclusiva para aplicar penalidades disciplinares a magistrados de todos os graus, sendo órgão de cúpula do Poder Judiciário.

TÉCNICA LEGISLATIVA*Emerson Bruno*

71. De acordo com as normas pertinentes à Técnica Legislativa, a lei será estruturada em três partes básicas. Sobre o tema e demais aspectos relativos a redação, a alteração e a consolidação das leis, marque a afirmativa incorreta.

- a) A parte preliminar, compreendendo a epígrafe, a ementa, o preâmbulo, o enunciado do objeto e a indicação do âmbito de aplicação das disposições normativas.
- b) A parte normativa, compreendendo o texto das normas de conteúdo substantivo relacionadas com a matéria regulada.
- c) A parte final, compreendendo as disposições pertinentes às medidas necessárias à implementação das normas de conteúdo substantivo, às disposições transitórias, se for o caso, a cláusula de vigência e a cláusula de revogação, quando couber.
- d) A epígrafe, grafada em caracteres minúsculos, propiciará identificação numérica singular à lei e será formada pelo título designativo da espécie normativa, pelo número respectivo e pelo ano de promulgação.
- e) O preâmbulo indicará o órgão ou instituição competente para a prática do ato e sua base legal.

72. Mariana, cidadã interessada na preparação para concursos do Poder Legislativo, resolve fazer um resumo sobre os principais aspectos da técnica legislativa cobradas em provas e concursos. Ao se deparar com uma questão sobre a EMENTA da LEI, responde corretamente que:

- a) A ementa será grafada por meio de caracteres normais e explicitará, de modo formal e sob a forma de título, o objeto da lei.
- b) A ementa será grafada por meio de caracteres que a realcem e explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei.

c) A ementa será grafada por meio de caracteres em maiúsculo, de modo detalhado e sob a forma de título, o objeto da lei.

d) A ementa será grafada por meio de caracteres ordinários e explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o preâmbulo da lei.

e) A ementa será grafada por meio de caracteres em caixa alta e explicitará, de modo detalhado e sob a forma de título, o objeto da lei.

73. No âmbito da Técnica Legislativa, o primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios, exceto:

- a) a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;
- b) excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto;
- c) em casos extremos, a lei poderá conter partes não conexas, inserindo no texto de qualquer delas matéria estranha ao seu objeto.
- d) o âmbito de aplicação da lei será estabelecido de forma tão específica quanto o possibilite o conhecimento técnico ou científico da área respectiva;
- e) o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

74. Rodrigo, servidor da ALERJ prepara uma minuta de proposição legislativa para atender um pedido do gabinete do Deputado X. Ao encaminhar o texto foi questionado pela assessoria do deputado sobre as regras de vigência da futura norma. Dessa forma, Rodrigo respondeu corretamente que:

- a) A vigência da lei será indicada de forma expressa, reservada a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" para todas as leis.
- b) A contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a inclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia de sua consumação integral.
- c) As leis que estabeleçam período de vacância deverão utilizar a cláusula 'esta lei entra em vigor após decorridos (o número de) semanas de sua publicação oficial.
- d) A vigência da lei será indicada de forma tácita, reservada a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" para as leis de grande repercussão.
- e) A contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a exclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia de sua consumação integral.

PROCESSO LEGISLATIVO E REGIMENTO INTERNO NA ALERJ

Emerson Bruno

75. Roberto é repórter da emissora local de televisão atuando como setorista junto à Assembleia Legislativa. Interessado em saber como se desenvolve o Processo Legislativo no Regimento Interno da ALERJ, realiza um roteiro sobre a tramitação de uma proposta de emenda à Constituição. Tendo em vista o presente tema, marque a afirmativa incorreta.

- a) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço dos membros da Assembleia.

- b) A emenda à Constituição será promulgada pelo Governador do Estado com o respectivo número de ordem.

- c) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio.

- d) A matéria constante da proposta de emenda rejeitada ou havida como prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa..

- e) Em qualquer caso a proposta de emenda será discutida e votada em dois turnos, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambas as votações, votos favoráveis de três quintos dos membros da Assembleia Legislativa.

76. Marina, estudante de Administração da UERJ, trabalha junto ao gabinete de um Deputado Estadual da ALERJ. Ciente da necessidade de compreender bem os trabalhos legislativos da casa, resolve elaborar um resumo sobre o Processo Legislativo no Regimento Interno da Assembleia. Dessa forma, conclui incorretamente que:

- a) As leis delegadas são de iniciativa do Governador do Estado, que deverá solicitar a delegação à Assembleia Legislativa.

- b) A delegação ao Governador terá a forma de resolução da Assembleia, que especificará seu conteúdo e os termos do seu exercício.

- c) Se a resolução determinar a apreciação do projeto pela Assembleia, esta a fará em em dois turnos, vedada qualquer emenda.

- d) Os projetos de decreto legislativo se destinam a regular as matérias de exclusiva competência do Poder Legislativo, sem a sanção do Governador do Estado.

- e) Não serão objeto de delegação os atos de competência exclusiva da Assembleia Legislativa, a matéria reservada à lei complementar nem a legislação sobre organização do Poder Judiciário e do Ministério Público a carreira e garantia de seus membros.

77. O deputado estadual Rodrigo apresentou um projeto de lei ordinária para tratar da organização do Tribunal de Contas do Estado. Ao analisar a proposta, observou-se que a matéria não poderia ser tratada por esse tipo de lei. De acordo com o Regimento Interno da ALERJ, essa matéria deve ser objeto de:

- a) decreto legislativo.
- b) lei complementar.
- c) lei delegada.
- d) lei ordinária.
- e) resolução.

78. Durante debate em plenário, discutia-se a possibilidade de o Governador do Estado editar lei delegada para reorganizar o Ministério Público Estadual, alterando a estrutura interna e o regime de garantias de seus membros. Alguns deputados manifestaram dúvida sobre a viabilidade dessa delegação. Conforme dispõe o Regimento Interno da ALERJ, a proposta é:

- a) plenamente possível, desde que haja autorização em resolução da Assembleia Legislativa.
- b) possível, mas sujeita à apreciação posterior pela Assembleia em duas votações.
- c) vedada, pois a organização do Ministério Público e a garantia de seus membros não podem ser objeto de lei delegada.
- d) permitida, desde que aprovada pela maioria absoluta dos deputados estaduais.
- e) vedada apenas se tratar de matéria orçamentária.

79. De acordo com o Regimento Interno da ALERJ, o Projeto de resolução é o destinado a regular, com eficácia de lei ordinária, matéria de competência privativa da Assembleia e as de caráter político, processual legislativo ou administrativo, ou quando cabe à Casa se pronunciar. Nesse sentido, não será objeto de projeto de resolução:

- a) perda de mandato de Deputado;
- b) assuntos de economia interna e dos serviços administrativos do Tribunal de Contas do Estado;
- c) conclusões de comissão parlamentar de inquérito;
- d) concessão de Títulos de Cidadão do Estado do Rio de Janeiro, de Benemérito do Estado do Rio de Janeiro ou de Medalha Tiradentes.
- e) matéria de natureza regimental;

80. A deputada estadual Ana Lúcia apresentou uma moção de repúdio a um ato de violência ocorrido em uma escola pública. A Mesa Diretora anunciou o recebimento da proposição e determinou seu despacho imediato, conforme o procedimento previsto no Regimento Interno. Dias depois, um grupo de parlamentares decidiu que o repúdio deveria representar a manifestação política da Assembleia Legislativa como um todo. De acordo com o Regimento Interno da ALERJ, essa moção somente terá esse caráter se:

- a) for aprovada em votação nominal por maioria simples dos presentes.
- b) for assinada pela maioria absoluta dos deputados, sendo automaticamente aprovada e publicada no Diário Oficial.
- c) for submetida à deliberação da Comissão de Constituição e Justiça.
- d) receber parecer favorável da Mesa Diretora e do Colégio de Líderes.
- e) for aprovada em votação simbólica, com registro em ata da sessão.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
